TL6647

Processo negocial sobre Timor Leste: questões e exigências

1. Exigências

1.1. UE

Redução da presença militar indonésia; "Kopassus", fora.
Desmantelamento e desarmamento dos grupos para-militares.
Investigação das violações de DH (CJP) e julgamento dos culpados.
Libertação dos presos políticos, incluindo XG.
Cessar-fogo bilateral.
AIITD: novos participantes, âmbito alargado (incluindo estatuto do território).
Reforço da participação timorense, especialmente XG, no processo negocial.
Abertura de secções de interesses.
Maior intervenção de Portugal: vistos, visitas bilaterais.
Aceitação do princípio da consulta popular.

1.2. Outras exigências

Acesso organizações humanitárias e DH (governamentais e não-governamentais).
Acesso observadores/jornalistas.
Presença de organismos da ONU.

2. Desenvolvimentos recentes

Recuperação das "medidas de criação de confiança".
Proposta de abertura de secções de interesses, sem a libertação de XG.
Proposta de intermediação Austrália.
EUA: jogo solitário? (Congresso vs. Administração).
Exploração do petróleo.
Êxodo (envergadura? definitivo? instrumentalizado? retornos?).

3. Questões

Para onde caminha a Indonésia?

. centros de decisão e respectiva estratégia face a TL.
. desenvolvimento previsível das várias crises (política, económica e social).

Geoestratégia: que querem realmente EUA e UE?
Envergadura da desmilitarização: total (WS) vs. parcial (1500, MA),
Aceitar secções de interesses "sem" contrapartidas?
Portugal: dispensável (Governo, EUA, ...) ou desejado (população ? XG? UE, timores "moderados")?
Que espaço para Portugal?

4. Exigências a Portugal

4.1. Princípios

. obrigações políticas, morais e históricas: disponibilidade total.
. central, o reforço da interveniência timorense no processo negocial.
. sempre, a solidificação e estruturação da sociedade civil.

4.2. Eixos de intervenção

. diplomacia activa, criar cenários (iniciativa e espírito ofensivo).
. da diplomacia de gabinete à presença no terreno, na Indonésia e em TL.
. "obrigar" aliados e ONU a imporem as suas propostas políticas.
. preparar o futuro, a cooperação.

CDPM, 27 Julho 1998